

## 1. Dados de identificação

Curso: Ciências Contábeis

Créditos: 4

Fase: 5ª

Grade Curricular: 801/2

Professor: \_\_\_\_\_

Disciplina: Contabilidade Tributária

Carga Horária: 72 h/a

e-mail: \_\_\_\_\_

## 2. Caracterização da disciplina (ementa)

Aplicar as técnicas contábeis nos termos da legislação aplicada a dada atividade sob os aspectos dos tributos federais, estaduais, municipais.

## 3. Objetivo geral

Estimular os graduandos ao estudo crítico e à pesquisa da legislação tributária aplicada na apuração dos tributos federais, estaduais e municipais, e aplicação dos procedimentos para os registros contábeis dos tributos.

## 4. Objetivos específicos

- Provocar a leitura e a interpretação das normas tributárias decorrentes da Constituição Federal, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Regulamentares, bem como de normas inferiores sobre matéria tributária.
- Estimular o exercício operacional do conteúdo programático por meio de exercícios específicos.
- Saber aplicar a Legislação Tributária de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade, no seu dia a dia como um profissional capacitado.

## 5. Conteúdo

- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Fato Gerador; Base de Cálculo; Alíquotas; Procedimentos Contábeis.
- Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS; Fato Gerador; Base de Cálculo; Alíquotas; Procedimentos Contábeis.
- Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; Fato Gerador; Base de Cálculo; Alíquotas; Procedimentos Contábeis.
- SIMPLES NACIONAL – Enquadramento; tributos abrangidos; cálculo do valor devido; obrigações acessórias para o SIMPLES NACIONAL.
- Programa de Integração Social – PIS – Regimes Cumulativo (Lucro Presumido) e Não-Cumulativo (Lucro Real); Fato Gerador; Base de Cálculo; Alíquotas; Procedimentos Contábeis.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS – Regimes Cumulativo (Lucro Presumido) e Não-Cumulativo (Lucro Real); Fato Gerador; Base de Cálculo; Alíquotas; Procedimentos Contábeis.
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL – Regimes Tributários: Lucro Presumido e Lucro Real; Fato Gerador; Base de Cálculo; Alíquotas; Procedimentos Contábeis.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ - Regimes Tributários: Lucro Presumido e Lucro Real; Fato Gerador; Base de Cálculo; Alíquotas; Procedimentos Contábeis.

## 6. Avaliação

Será realizada com base nos seguintes critérios.

- Avaliação 1 (Av1) - esta avaliação compreende uma prova individual, com peso 3.
- Avaliação 2 (Av2) - esta avaliação, também com peso 3, será composta de um ou mais (limitados ao máximo de cinco) trabalhos, provas, seminários, enfim, qualquer instrumento de avaliação que o docente determine. Esta nota será o resultado da média de todas as atividades que componham a avaliação 2;
- Avaliação 3 (Av3) - uma prova individual, no final do semestre, em período fixado em calendário acadêmico, cobrindo todo o conteúdo do semestre e com peso 4.

- Média: 6,0
- Frequência: é exigida a frequência mínima de 75%.

## 7. Bibliografia

### Bibliografia básica

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. Imposto de renda das empresas: interpretação e prática. 36. ed. São Paulo: IR Publicações, 2011.  
MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. Contabilidade Tributária, 2002.  
FABRETTI, Láudio Camargo & FABRETTI, Dilene Ramos. Direito Tributário para os Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Ed. Atlas, 2007

### Bibliografia complementar

DORIA, Sampaio e Antônio Roberto. Elisão e evasão fiscal. São Paulo: Edições Fael, 1995.  
FABRETTI, Láudio Camargo. Direito Tributário Aplicado: Impostos e Contribuições das Empresas. São Paulo: Atlas, 2006.  
GORGES, Almir José. Dicionário do ICMS-SC: o ICMS de A a Z. 11. ed. Blumenau: Nova Letra, 2010.  
PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de Contabilidade Tributária. 6. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2009.

### Legislações básicas sobre o conteúdo da disciplina

1. BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil.
2. BRASIL, Código Tributário Nacional (Lei no. 5.172 - 25.10.66).
3. BRASIL, Regulamento do IPI consolidado - Decreto no. 7.212, de 15/06/2010.
4. BRASIL. Lei Complementar nº 87/96 (ICMS).
5. BRASIL. Lei Complementar nº 116/03 (ISSQN).
6. BRASIL. Lei Complementar nº 123/06 (SIMPLES NACIONAL).
7. BRASIL, Regulamento do Imposto de Renda - Decreto nº 3.000/99.
8. FLORIANÓPOLIS. Regulamento do ISSQN - Decreto nº 2.154/03.
9. SANTA CATARINA. RICMS - Regulamento do ICMS. - Decreto no. 2.870/01.

### Endereços eletrônicos importantes para a disciplina

1. [www.pmf.sc.gov.br](http://www.pmf.sc.gov.br)
2. [www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)
3. [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)
4. [www.sped.fazenda.gov.br](http://www.sped.fazenda.gov.br)
5. [www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao)